
Reflexões sobre a Utopia e a Revolução

Maximilien Rubel

Há duas ideias de grande importância que se encontram no âmbito do pensamento socialista: Utopia e Revolução. No entanto, elas raramente se examinam na sua relação recíproca. É como se a Revolução tivesse de implicar a rejeição ou a exclusão da Utopia, e a Utopia houvesse de incluir o banimento ou a negação da Revolução. Tal parece ser, em descrição sumária, a abordagem geral dos pensadores socialistas do século XIX. No século XX, até à I Guerra Mundial, o debate – embora limitado às disputas ideológicas que, de tempos a tempos, surgiam entre marxistas e não-marxistas, ou entre marxistas e anarquistas – era um tanto mais vivo. Mas, a partir de então, houve apenas silêncio, como se o turbilhão da história contemporânea tivesse abafado todas as vozes que ousavam instigar o retomar do debate.

Retorno às Fontes

O marxismo não é a soma total de toda a ideologia socialista, nem incorpora todo o pensamento socialista. A sua ética e as suas teorias retrocedem até à Revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra, durante o último terço do século XVIII. O socialismo aparece, desde o início, com todas as características de um novo Evangelho – de uma mensagem de libertação e salvação mundial. Por mais visionários que tenham parecido aos outros, os primeiros socialistas ou comunistas da Era Industrial não conceberam os seus ideais como inconsistentes com os meios práticos de os levar a efeito. Para William Godwin, a Razão constitui o meio de realizar a ansiada transformação social; para Gracchus Babeuf, o meio é a violência – isto é, a insensatez. Declarada a princípio como movimento legal, a Revolução – devida ao encerramento do Clube Panthéon – torna-se afazer de um “diretório secreto” delegado a agir “em vez e a favor do povo”. A ideia de Babeuf é conquistar o poder a fim de “o restituir ao povo”; mas há obstáculos a

superar. Chamadas às urnas de voto, as massas eram muito capazes de restaurar a tirania: antes de exercerem a soberania, tinham de aprender a sua ligação.

De modo irresistível, a partir do momento em que começaram a cair na impaciência e na autoridade “provisória”, os Babouvistas transformaram a revolução social em guerra organizada, com todas as regras do jogo: hierarquia, disciplina, obediência, ordens, especialização, etc. Trata-se da Revolução dirigida a partir de cima por um corpo diretivo geral ou um comitê de peritos até que seja tempo de as massas atuarem por si mesmas – depois de vencido o inimigo e conquistado o poder. A ambiguidade do Babouvismo encontra-se igualmente em Auguste Blanqui e nos seus seguidores: a honestidade e as boas intenções são provas da dedicação oferecida ao povo – povo ainda ignorante, reduzido a simples matéria inerte ou, mais exatamente, a uma importante força dramática no campo de batalha. A essência do Babouvismo é a violência organizada extra-dirigida. O seu humanismo reside na intenção, no objetivo, na Utopia: não deve procurar-se nos meios – a não ser que os atos vingativos perpetrados pelas massas rebeldes se considerem como manifestações da sua vontade de conquistar a liberdade. Neste caso, a finalidade da violência consistiria em humanizá-la, uma vez que pretende estabelecer uma sociedade sem violência. O perigo e a fraqueza de tal concepção residem na impossibilidade de prever e avaliar, de escolher e apreciar as ações numa perspectiva socialista.

O chamado socialismo utópico recua até a tradição do humanismo racionalista anterior à Revolução Francesa. Com Saint-Simon, o herdeiro espiritual dos Enciclopedistas, o poder político desempenha apenas um papel acessório. O “Novo Cristianismo” constitui a base ética de um poder, que não é político, mas administrativo. A essência deste cristianismo socioeconômico é a uma ciência da produção. A política é substituída pela organização industrial para o bem-estar e a segurança humana, cujo único objeto é – nas palavras de Saint-Simon, no leito de morte – “assegurar a todos os homens a maior liberdade no desenvolvimento das suas faculdades”.

Os utópicos pretendem reformar a sociedade em nome da razão e da ciência. Na concepção de Roberto Owen, a cooperação surge como a chave para resolver os problemas sociais. Owen nada tem da paixão de Charles Fourier; não possui imaginação

e a sua doutrina reduz-se a umas quantas ideias elementares, entre as quais a fundamental é a de que o homem constitui o produto do seu meio ambiente. Mais, este pioneiro do socialismo cooperativo mostrava-se sempre disposto a defender o esforço espontâneo, a desconfiança e até mesmo a hostilidade a respeito das classes poderosas, ricas e dominantes. Se socialismo significa cooperação, então Owen é o primeiro dos socialistas contemporâneos; e se, em última análise, o socialismo de Marx é apenas um sistema ou método de produção cooperativa, então Marx é discípulo de Owen.

Karl Marx

Marx não aboliu a utopia. Pelo contrário, rejuvenesceu-a e alargou o seu objetivo. A utopia torna-se, com ele, um movimento único em duas fases: Revolução – Criação. Antes de Marx, os utópicos pensaram e imaginaram a criação independentemente dos homens reais, que supunham erigir a Nova Cidade. O homem constitui a preocupação primeira e mais importante de Marx. “Sabemos que para as novas forças da sociedade trabalharem bem, apenas precisam de ser dominadas por homens novos – e esses são os homens trabalhadores” (Discurso no Aniversário do “Jornal do Povo” Abril 14, 1956).

De início discípulo de Fourier e de Owen, desde cedo profundamente empenhado na luta política, Marx jamais rompeu com os laços espirituais que o ligavam ao socialismo utópico. Basta ler a este propósito uma declaração que prepara, dois anos antes da morte, para os Populistas Russos que requisitaram a sua opinião acerca das oportunidades e perspectivas das comunas de camponeses no contexto do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Nem sequer uma vez, durante esta longa e árdua reflexão, Marx insiste em questões políticas, falando com propriedade – tais como estruturas de classes ou organização partidária. Todo o seu pensamento se refere à natureza original da instituição arcaica da comuna rural e à sua importância como “elemento regenerador na sociedade russa, elemento de superioridade sobre os países escravizados por regimes capitalistas”.

Nesta apologia de um “microcosmos localizado”, como Marx chama a comuna russa, é fácil ver o último tributo que ele paga a Robert Owen, pioneiro do socialismo cooperativo e comunal. Como o seu predecessor utópico, Marx põe toda a sua confiança

na espontaneidade criativa daqueles que produzem a riqueza das nações, sem dela desfrutar. Outorga à comuna primitiva as virtudes de um microcosmos social. É possível reconhecer na idealização de uma instituição ainda pouco conhecida a projeção para o futuro de uma visão de desejo. Todavia, não é por acaso que Marx simpatizou com a utopia de Owen. A comuna cooperativa, que Marx imaginou vai ao encontro da equação que antes mencionávamos – a oposição entre o conceito (político) Jacobino e aquele que, por motivo de clareza, chamaremos “o conceito comunalista do movimento operário”. No primeiro, a iniciativa da ação e a consciência do objetivo atribuem-se às vanguardas políticas, que controlam largas massas facilmente manipuláveis; no segundo, o pequeno tamanho dos grupos de ação possibilita o afastamento de líderes duradouros, e portanto, “profissionais”, tendo-se como supérfluas todas as elites políticas. No caso presente, o poder de delegação não significa o abandono de um direito, mas a concessão de um mandato temporário e imperativo para uma tarefa estritamente circunscrita.

Marx é, em certo sentido, o mais utópico de todos os utópicos: prestando pouca atenção à Cidade Futura, votando o seu pensamento à destruição da ordem existente, eleva a Revolução ao nível de exigência absoluta. É a mecânica desta Revolução imaginária e imaginativa que participa da utopia: supõe homens perfeitamente conscientes das suas “misérias douradas”, homens capazes de pensar toda a extensão da realidade social e socialista. De fato, Marx estabelece uma lei econômica de pauperização que é mais difícil de entender que a indigência nua e crua. Enxerta a utopia futura na real luta cotidiana e formula uma pista dialética para a revolução proletária: queiram e façam os trabalhadores a sua revolução e obterão, ainda por cima, o socialismo. Por outras palavras, para os trabalhadores, o tornar-se consciente da própria alienação (no sentido mais profundo que Marx imputa ao conceito hegeliano) é *eo ipso* tornar-se capaz de destruir o capitalismo e construir a utopia – uma sociedade sem classes, sem Estado, sem dinheiro. O conceito de Marx contém assim um estranho paradoxo: supõe-se que é no ponto culminante da sua destituição que os trabalhadores se tornam conscientes da extrema necessidade de avançar para o renascimento social através de uma revolução total. Estranho “materialismo” sem dúvida, que encara uma

tal metamorfose do escravo que se transformou em simples roda dentada da máquina industrial de fazer lucro.

Segundo Marx, “a consciência comunista” “emana” das massas expropriadas, e jamais de uma elite intelectual (*A Ideologia Alemã*). Os burgueses intelectuais não podem tornar-se comunistas antes de atingirem o nível da consciência revolucionária, que é a dos trabalhadores escravizados. Reside aqui o paradoxo do movimento dos trabalhadores. No entanto, Marx faz a distinção entre a consciência socialista e a ciência socialista. A última é ao mesmo tempo possível e necessária em relação ao movimento concreto de dois gumes do proletariado: a consciência de classe a ação política.

Ao nomear os seus porta-vozes políticos, os trabalhadores exprimem a vontade de subverter a ordem existente a partir de dentro – ou conforme as circunstâncias – a partir de fora das instituições estabelecidas. “O proletariado constitui-se como classe e, por conseguinte, como partido político” – afirma o *Manifesto Comunista*, mostrando assim que, em vez de aderir a partidos políticos estranhos às suas fileiras, os trabalhadores despertam espontânea e criativamente para a consciência da sua identidade. Enquanto o interesse e o lucro favorecem a unidade da classe burguesa, a coesão do proletariado enquanto classe é frustrada na luta diária pelo pão e na consciência de prosseguir um objetivo revolucionário. O que Marx – e antes dele, em 1843, Flora Tristan – formulou numa única proposição, a saber, que “A emancipação da classe trabalhadora deve ser conquistada pela própria classe trabalhadora”, continua a ser o postulado implícito de todo o genuíno pensamento socialista.

Os sindicatos, os partidos, os conselhos e outras formas de organização de trabalho só são fiéis aos seus objetivos se constituírem a criação consciente e espontânea dos próprios trabalhadores. Enquanto classe cujo ser real assume a forma de luta organizada, os trabalhadores não devem pôr a sua iniciativa nas mãos de uma elite de grupo que pretende prescrever e guiar a sua ação social e política. Mais nenhum sentido se pode atribuir à fórmula que Marx e Engels repetiram frequentemente ao censurar a “intelligentsia” burguesia por aspirar a educar politicamente a classe trabalhadora. Sem dúvida, os intelectuais têm um papel a desempenhar no movimento dos trabalhadores; mas, o papel que representam só é adequado e eficiente na medida

em que introduzem no movimento “elementos da cultura” e não teorias, filosofias e doutrinas esotéricas pré-fabricadas, relativa aos fins e meios da história, à dialética da ação revolucionária, etc. Evidentemente, como homem de ação e “líder” partidário, Marx nem sempre se conformou de modo estrito ao princípio da autoemancipação dos trabalhadores. Mas, pelo menos, ele e Engels reconheceram o fato e descobriram o próprio erro, sempre que se examinaram com rigor.

O marxismo julgado por Marx

O problema real não é a oposição utopia-marxismo, marxismo-reformismo, marxismo-revisionismo, mas jacobinismo-autoemancipação. O ponto em questão é que, se ao mesmo tempo confiam a organismos escolhidos e/ou eleitos a representação e a defesa dos seus interesses, as classes sociais e os homens como tais podem reter a autonomia da sua consciência e das suas ações.

Espreita aqui uma perigosa ambiguidade: conseguirá uma classe social ter uma só consciência, uma só vontade, uma só ação? Por outras palavras, será possível uma classe social pensar, querer, agir, exceto através da instrumentalidade de mandatários “democraticamente” eleitos, designados para representar, isto é, exprimir a vontade e o pensamento de uma comunidade? Neste caso, não será a aprovação formal ou tática do grupo a respeito dos atos e decisões dos seus delegados a única evidência palpável sobre a congruência da sua vontade com o seu comportamento? Mas, se formulada nestes termos a questão traz já a própria resposta, a resposta não esgota toda a questão. De fato, surge uma nova pergunta que exige uma réplica: quais as condições mais eficientes em que uma delegação de mandatos resultará na representação dos interesses reais das pessoas implicadas.

O pensamento socialista anterior a Marx preocupou-se muito com este problema. A resposta consistiu na descrição e na definição de uma sociedade “ideal”. Marx herdou e enriqueceu este legado. O seu desafio dirige-se não aos fundamentos, mas a alguns dos aspectos aberrantes do socialismo utópico. A comuna de produtores, a empresa cooperativa, a unicidade de trabalho e cultura – numa palavra, a Cidade sem Estado e sem dinheiro da Utopia representa, na concepção de Marx, a ressurreição, lado

a lado com a moderna tecnologia, da comuna rural arcaica e do berço do comunismo primitivo.

A experiência histórica dos últimos sessenta anos aduz uma ligação clara e inequívoca: a concepção jacobina do movimento trabalhador, nas suas formas reformista e revolucionária, terminou no fracasso. Quando Lenine rompeu os laços com as ideias de Karl Kausty, conservadas até à I Guerra Mundial, proclamou a ineficiência do movimento trabalhador nos países industriais desenvolvidos, cujo proletariado fora “atraído” por uma aristocracia que brotara das suas próprias fileiras. Por outro lado, argumento, as condições materiais e morais para o movimento revolucionário existiam num país industrialmente subdesenvolvido e sobretudo rural, como a Rússia czarista. Seria aí – de acordo com a chamada teoria da “Revolução permanente”, então comum a Trotsky e Lenine – que se desencadearia, se é que não se havia de realizar, a revolução socialista.

Na realidade, tanto na teoria como na prática, Lenine e o seu partido eram uma elite de intelectuais radicais burgueses artificialmente enxertados numa massa social agitada, cujas genuínas aspirações revolucionárias foram prontamente manipuladas por um aparelho de revolucionários profissionais. Os resultados depressa se fariam sentir: depois de ganhar a confiança dos Sovietes, que se tinham formado espontaneamente e se opuseram ao governo de Kerensky, o partido Bolchevique conseguiu estabelecer-se como poder estatal. Tal como nos países de tradição capitalista, uma aristocracia política consciente dos seus interesses e objetivos tomou o lugar do “microcosmos social” que – segundo a teoria de Marx e a Utopia – surge espontaneamente do solo de toda a sociedade, em estado de evolução e transformação histórica.

Marx exagerou possivelmente o elemento político no movimento dos trabalhadores; mas nunca supôs que a classe trabalhadora se abandonaria à sabedoria dialética de um partido ou de uma elite de peritos políticos. Para Marx, a Utopia da Revolução constitui uma ética do comportamento. A indignação dos trabalhadores é a motivação central do ato revolucionário e a força criativa da nova ordem social. Enquanto sujeito direto desta transformação revolucionária, o trabalhador é também o seu objeto – uma vez que se abole a si mesmo como assalariado.

Conclusão

A Utopia e a Revolução são as duas coordenadas históricas do movimento socialista. Quer dizer que, para se materializar, o movimento socialista deve considerar-se como Utopia e Revolução. Quer ainda dizer que, para alguém se tornar revolucionário, deve ao mesmo tempo ser utópico e revolucionário: deve querer e desejar a Revolução e a Utopia, querer a abolição da nossa sociedade e desejar a criação da Nova Cidade.

A ética da Revolução e Utopia é a de um humanismo socialista. O socialismo só constitui uma necessidade história na medida em que é pensado e querido como uma necessidade ética. Eis o que Marx tinha em mente quando propôs o seguinte dilema: o proletariado ou é revolucionário ou não é nada. A fim de restaurar o sentido pleno ao conceito de ética socialista, acrescentemos que o socialismo ou é a consciência da Utopia, ou não é nada.